

Transição sem fim

Sarney derrota Ulysses e aprova o presidencialismo

Do enviado especial a Brasília

O Congresso constituinte decidiu ontem manter o sistema presidencialista de governo, aprovado por 343 votos contra 212 e três abstenções, margem muito mais ampla do que previam, até o início da votação, os mais entusiasmados defensores do presidencialismo e do governo José Sarney. Em seguida, a Constituinte aprovou um mandato de cinco anos para os futuros presidentes (304 votos contra 223 e três abstenções).

Esta última decisão não envolve diretamente o mandato de Sarney, que só será definido nas disposições transitórias, último capítulo a ser votado pelos constituintes. Mas é considerada indicativa de que os constituintes acabarão por conferir também a Sarney o mandato de cinco anos.

A dupla vitória do governo foi atribuída, pelos parlamentaristas e pelos adversários do governo, à intensa pressão desencadeada, nas últimas 48 horas, pelo governo central e pelos governadores estaduais a ele aliados. "A intervenção do governo foi obscena", disse o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), antes mesmo de se iniciar a votação. Na área governista, a margem mais ampla do que a esperada foi explicada assim por Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos coordenadores do Centrão: "Nosso trabalho foi melhor do que esperávamos".



A Mesa do Congresso constituinte, durante a votação do sistema de governo, na sessão de ontem, que aprovou a emenda presidencialista apresentada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB)

VIRADA NOTURNA

01:00

A derrota do parlamentarismo começa a desenhar-se à 1h00 da madrugada, instante em que o deputado pernambucano Fernando Bezerra Coelho (PMDB), listado como parlamentarista convicto, cede à pressão do governo e passa para o bando presidencialista.

É apenas um voto, mas é todo um símbolo: a investida do governo — feita de pressões, ameaças e promessas — não está concentrada apenas nos presidencialistas que haviam guinado para o parlamentarismo na semana anterior, mas atinge todos que possam ser convencidos. Quando o dia amanhece, os parlamentaristas começam a perceber que a tragédia, para eles, está à vista. Às 11h15, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, comandante das hostes presidencialistas, liga de seu gabinete para o presidente José Sarney e avisa: José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) voltou ao presidencialismo. José Geraldo foi o parlamentar que, na semana passada, conseguiu convencer o general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, a aceitar parlamentarismo com cinco anos, no bojo de um acordo.

Uma hora e quinze minutos depois, outra virada: em almoço na sua casa, o senador Albano Franco (PMDB-SE), também presidente da Confederação Nacional da Indústria, volta ao parlamentarismo, acom-

panhado de cinco dos seis peemedebistas de Alagoas.

Dez minutos depois, na sala da liderança do PMDB no Congresso constituinte, os parlamentaristas chegam à conclusão de que só há uma maneira de evitar a vitória do presidencialismo: um comparecimento inferior a 520 constituintes.

"Temos 240 votos certos. Logo, para que eles cheguem a 280 (maioria absoluta), é preciso haver ao menos 520 em plenário", calcula Geraldo Alckmin (PMDB-SP).

Na outra ponta do Congresso, na sala da presidência do Senado, estão reunidos 16 presidencialistas e o clima é exatamente o oposto: há confraternização quase de festa antecipada.

Na hora do almoço, no Senado, o presidente do Senado, Humberto Lucena, que empresta o nome à emenda presidencialista, dá números ao clima entre os presidencialistas: "Temos 310 votos", diz.

te do Congresso constituinte, dá por aberta a sessão, presentes na Casa 441 parlamentares, dos 559. No plenário, há menos de 100, o que faz Arbage anunciar a inexistência de quórum (280) para a votação e liberar o microfone para pequenos discursos.

As 15h05, chega Ulysses Guimarães e assume a presidência dos trabalhos, com a palavra de ordem de sempre: "Vamos à votação que estamos aqui para isso". Em seguida, entram no plenário os líderes do PMDB, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, trazendo no semblante abatido um prenúncio do que aconteceria depois.

Mas a primeira votação do dia (emendas de iniciativa popular) dá um último alento aos parlamentaristas: votam 473 constituintes, número inferior ao mínimo previsto para a vitória do presidencialismo.

As 15h46, Ulysses anuncia a votação da emenda Lucena. Às 15h51, José Genoíno (PT-SP) exige o compromisso da liderança do PFL de apoiar requerimento de destaque para a votação em separado do mandato dos futuros presidentes. É a condição do PT para votar no presidencialismo, porque quer cravar quatro anos para todos os presidentes, o que não consta da emenda Lucena. Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, diz que não é o momento de se discutir o assunto; Brandão Monteiro, líder do PDT e autor do requerimento de destaque, insiste e, por fim, José Lourenço, o líder do PFL, cede.

Começa então, às 16h05, o festival de oratória, aberto por Humberto Lucena. Falam, sucessivamente, nove oradores, quatro a favor e quatro contra o presidencialismo, mais o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), contra. Poucos conseguem ouvir os discursos.

Nos corredores, os presidencialistas apresentam o ânimo de vitória antecipada. Os parlamentaristas já confessam derrota. O governador da Bahia, Waldir Pires, parlamentarista, reconhece que as coisas vão mal, indaga se será possível resistir às pressões do governo quando for votada a duração do mandato presidencial e ele próprio responde: "Resistir é preciso".

Escurece em Brasília, nas galerias do Congresso reina silêncio bem

comportado e todo o rumor que se ouve no plenário é o das conversas esparsas, quando Ulysses Guimarães anuncia: "Códigos, por favor. Acionem ao mesmo tempo o botão no painel e a chave sob as bancadas, mantendo os botões pressionados até que as luzes se apaguem".

A votação começa e, de suas poltronas, votam 437 constituintes. Os demais vão fazê-lo, um a um, nos postos volantes de votação. Quando chega a 550, começam os gritos "um, dois, três", até chegar a nove, que completam 559, lotação completa, a primeira no Congresso constituinte desde a sua instalação.

Agora, a tensão se adensa até o momento em que o painel eletrônico registrará o resultado final.

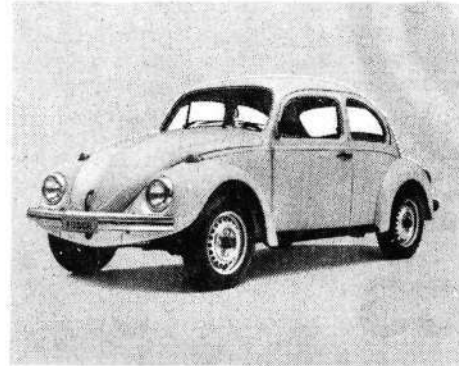
Continue no pág. seguinte

COMEÇA A SESSÃO

14:30

São 14h30 em ponto quando Jorge Arbage (PDS-PA), 2º vice-presiden-

AQUI COMEÇA UMA HISTÓRIA DE 35 ANOS.



Tudo começou num pequeno armazém alugado na Rua do Manifesto, no Ipiranga, em São Paulo, no dia 23 de março de 1953. E foi desse armazém que saiu o primeiro veículo fabricado no Brasil, em 1957. Era uma Kombi, que tinha 50% de suas peças e componentes de produção brasileira. Dois anos depois, em 1959, surgiu o Fusca, já com um índice de nacionalização de 95%. O Fusca determinou o padrão de qualidade que o consumidor brasileiro passou a exigir da indústria automobilística, com a chegada de novas marcas. Mas a Volkswagen continuava na frente, fazendo do avanço tecnológico o ponto de honra de seus novos lançamentos. E assim surgiu

uma nova geração de automóveis, como o Passat, o Voyage, a Parati e o Gol. Todos incorporando o que de mais avançado havia na indústria automobilística mundial em matéria de tecnologia. Tanto que esses carros, hoje, são exportados para a Europa, Estados Unidos e Oriente Médio, cada vez com mais sucesso. E o Gol alcançou a marca de mais vendido do Brasil em 1987.

Todo esse avanço tecnológico resultou no lançamento do Santana, sem dúvida o carro mais moderno e avançado do mercado. E o que nos deixa mais orgulhosos é que essa história não termina com o Santana. Na verdade, ela está apenas começando.

AQUI NÃO TERMINA ESSA HISTÓRIA.



VOLKSWAGEN
Qualidade e Tecnologia do Líder.

A NAÇÃO É PRESIDENCIALISTA

Claudio Campos

A superioridade do regime presidencialista sobre o parlamentarista, no período histórico que estamos iniciando, reside basicamente no fato de que o presidencialismo permite à população escolher diretamente, ela própria, o governo do país.

No regime parlamentarista, o chefe do governo — e por extensão todo o Conselho de Ministros — não resulta de uma escolha direta do eleitor, mas de acordos e combinações feitas à posteriori pelo Congresso. No parlamentarismo, governos são formados e são derrubados sem que o povo tenha nisso qualquer participação direta.

A eleição, pelo voto popular, do chefe do governo é a única diferença real entre parlamentarismo e presidencialismo democraticamente definidos. O presidencialismo democrático não implica qualquer diminuição das demais atribuições do parlamento na gestão da coisa pública. Pelo contrário, ele pressupõe a fiscalização, controle, orientação, participação e, em último caso, a destituição do governo pelo Congresso. O presidencialismo representa portanto um progresso em relação ao parlamentarismo, que, longe de "moderno e avançado", tem origem na política de composição com a monarquia, e que, para isso mesmo, promoveu a divisão esquizofrênica entre chefia de governo e chefia de estado, não permitindo, via de regra, a

eleição direta de nenhuma das duas.

Essa eleição direta nos é hoje particularmente indispensável.

Primeiro, porque essa é uma aspiração sentida do nosso povo, que esteve no centro de sua luta por mais de vinte anos. Não é possível frustrá-lo.

Segundo, porque a eleição direta estabelece um vínculo entre o governo e a população que nos é hoje imprescindível, que deixa a população à vontade para cobrar, reivindicar, empurrar o governo para a frente. Sem o povo, sem a sua mobilização, não se chegará a lugar algum, não será possível vencer os imensos obstáculos que cerceiam o nosso desenvolvimento.

Há quem se surpreenda com o fato do presidencialismo ser preferido por trabalhadores, empresários, civis, militares, etc. Não há com que se admirar. O presidencialismo é a preferência da nação. É a preferência dos que não temem passar pelo crivo popular e não pretendem decidir a disputa pela escolha conveniente das regras do jogo.

Há quem pretenda justificar a adoção do parlamentarismo em função de certas considerações de caráter imediatista. No entan-

to, não só é inadmissível comercial — e de forma tão mesquinha — o sentimento, a vontade e o futuro da Nação, como também não há qualquer indício sério de que essa medida possa, num prazo tão curto, modificar de forma significativa o desempenho do país. Além disso, temos certeza de que se o PMDB — seus governadores, deputados, senadores, prefeitos, diretores, — se unirem em torno de um Programa de Emergência concreto e definido, ele terá todas as condições de fazer com que esse programa seja aproveitado. E, se não for capaz de produzir esse programa, evidentemente de pouco adianta escolher esse ou aquele sistema de governo. Por outro lado, não há porque invocar uma suposta insuficiência, da maioria na Constituinte, para incompreensivelmente tentar justificar a adoção de um regime ali minoritário e que sabidamente não conta com a preferência popular.

O que nos faz falta é um presidencialismo democrático, e, além disso, uma continuada política de defesa dos interesses nacionais, de ruptura da dependência e do subdesenvolvimento.

A responsabilidade é grande, mas a Constituinte não decepcionará a Nação.

* Claudio Campos é o Presidente do Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR8